

Onde comecei



» JOSÉ SARNEY
Ex-presidente da República, escritor e imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL)

Hoje, O Imparcial, jornal onde comecei minha carreira de jornalista, aos 17 anos, faz 100 anos. Assim, escrevi o texto abaixo comemorando a data. O jornal é um órgão dos Diários Associados e está integrado à minha vida. Com licença dos editores do Maranhão e permissão dos editores de Brasília, transcrevo abaixo o artigo, pedindo aos meus leitores que comunguem comigo deste aniversário e da emoção:

Com anos completa O Imparcial — e como ele faz parte da minha vida! Algumas coisas não passam: ficam. E tornam-se parte do que somos. Ontem, em 1946, o jornal tinha 20 anos, e eu, 16. Éramos adolescentes. Faltaram profissionais, e O Imparcial resolveu fazer um concurso de reportagem. Fui atrevido: concorri com um texto sobre a Quinta do Barão e me surpreendi com o resultado: tirei o primeiro lugar e fui contratado como repórter. O posto inicial em qualquer jornal era o de repórter policial. Azoubel, o grande fotógrafo da casa, que depois se tornou um grande amigo, me acompanhava todas as madrugadas: íamos visitar as delegacias e saber das ocorrências policiais. Viver naquele mundo tão adulto era como estar num filme para mim: não era trabalho, era uma aventura. Eu, novinho, era o foco do jornal, termo como era tratado o jornalista iniciante. Foi o começo de uma carreira que me levou a secretário, redator, editorialista e “quase ajudante” do diretor Pires de Saboia, um dos maiores amigos de minha vida, meu padrinho de casamento, meu deputado federal e meu colaborador e consultor permanente no governo do Maranhão. Ainda vejo tudo isso se passar na memória: não apenas como memórias fotográficas, mas como algo maior que nos faz compreender Einstein: o tempo é mesmo relativo.

Assis Chateaubriand, proprietário dos Diários Associados, ao qual pertencia O Imparcial, que também se tornou meu amigo, quando me encontrava sempre dizia: “Você entrou para o jornal por concurso” — e isso me trazia uma grande alegria que ainda sinto hoje, que pelo jeito me acompanhará sempre. Quando fui eleito governador, ele escreveu um artigo contando minha história no jornal, com o título O governador policial — essa alcunha quase ficou permanente.

Foi minha primeira vitória na vida e determinante de minha carreira cultural e política, pois ali passei a editor do *Suplemento Literário*, caderno responsável pelo neomodernismo no Maranhão, que abrigou em suas páginas jovens poetas — Lago Burnett, Carlos Madeira, Evandro Sarney, Ferreira Gullar... — e foi revelador de grandes escritores. Colaboravam ali festejados nomes da literatura brasileira, Odylo Costa, filho, Franklin de Oliveira, Josué Montelo, e mantínhamos um intercâmbio com todos os movimentos culturais e as revistas daquela época, depois da Segunda Guerra, com Dalton Trevisan e a *Joaquim*, no Paraná; Antônio Girão Barroso e *Clã*, no Ceará; *Quixote*, no Rio Grande do Sul, com Raimundo Faoro — que depois veio a ser o grande jurista que tanto ajudou a derrubar o Movimento de 64 —; Ledo Ivo e Afonso Félix de Souza e *Branca*, no Rio; *Região*, em Pernambuco — onde Mauro Mota dirigia o suplemento literário do Diário de Pernambuco —; na Paraíba, com Edson Régis; e nós no Maranhão com a *Ilha*, fundada por mim e Bandeira Tribuzzi, Bello Parga, Carlos Madeira, meu irmão Evandro. Dessa época, veio minha fraternal amizade com Odylo Costa, filho, o meu maior amigo-irmão, amizade que já atinge três gerações de nossas famílias, que muito me ajudou no Rio de Janeiro, com suas amizades que me transmitiu e o apoio permanente a vida inteira.

O fundador de O Imparcial foi o J. Pires, assim era conhecido. Com ele não tive intimidade, apenas as relações de patrão e empregado, pois, em breve, ele venderia o jornal aos Diários Associados, quando veio um grupo do Ceará para dirigi-lo, entre eles Otacflilio Colares e Pires Saboia — este que aqui constituiu família e passou no estado o resto da vida.

O velho J. Pires era baixo, magrinho, usava camisa e suspensório e gostava de ligar a sirene de alarme e pendurar na porta do jornal um quadro negro com as notícias maiores da guerra: batalhas, rendições e combates. Depois, alguns anos mais tarde, entrou na política estadual ao lado do senador Vittorio Freire, nosso adversário, e foi presidente da Assembleia, e seu filho, o Dr. Antonio Pires, prefeito de São Luís numa eleição controversa, à moda da velha política do Maranhão.

Em O Imparcial também conheci Nascimento de Moraes, o grande jornalista do Maranhão que escrevia uma coluna com o pseudônimo de Braz Sereno. E ainda outro jornalista muito festejado e combativo, Amaral Raposo; e muitos outros mais, igualmente relevantes, como o que depois foi dono do *Jornal Pequeno*, o Ribamar Bodega, do setor de Esportes; o Correa da Silva —, a quem sucedi na Academia Maranhense de Letras, poeta, cantor da cidade de São

Luís, injustamente esquecido —, além de muitos outros colegas de redação, revisores, repórteres, colaboradores. Todos bem guardados em meu coração.

O Imparcial foi fundado com a finalidade de ser um jornal independente — daí seu nome —, não filiado a grupos políticos, como era moda antigamente. Ao longo do tempo, bem ou mal, cumpriu seu destino e assim permanece até hoje.

Foi também o jornal revelador de vários nomes da política do Maranhão, acompanhando de perto os fatos mais relevantes de nossa História, que ninguém pode estudar sem consultar seus exemplares, repositório da vida cotidiana maranhense, de seus costumes, seus progressos e decadências. Podemos mesmo dizer — se perdoarem a minha vaidade — que eu me incorporei a sua História, pois foi onde comecei e, para o homem que eu era e o pouco que somos diante de mundo, parece que cheguei longe, pois figuro entre as referências da trajetória de O Imparcial, tendo-me tornado presidente da República e membro da Academia Brasileira de Letras, na qual ocupo a Cadeira 38, cujo patrono é Tobias Barreto, sendo o primeiro ocupante o nosso conterrâneo Graça Aranha.

Aos 96 anos de idade, ainda escrevo semanalmente para os Diários Associados, às sextas feiras, no *Correio Braziliense*, o grande jornal de Brasília, tendo meu artigo publicado também em dezenas de sites e blogs. Ao longo de minha vida de jornalista, já escrevi oito livros com o registro de minhas crônicas publicadas em jornais — e tenho mais quatro inéditos, cujas publicações sairão em breve.

Na idade madura que estou, percebo com a nitidez de um Sol que toda a formação cultural que me estruturou na vida se fez ali, naquela redação. E até hoje me trazem lágrimas aos olhos e aceleram as batidas de meu coração quando do nada me vêm o cheiro do papel, o barulho das máquinas de escrever e o burburinho dos colegas tecendo as notícias do dia. É quando me vem a certeza de que, naquele pequeno mundo, fazíamos parte da construção do pensamento de uma nação, que, após tantos sustos e alegrias, hoje nos torna orgulhosos diante do mundo, pois somos, inequivocamente, um Estado Democrático e uma democracia de massa.

Muito obrigado, meus colegas de ofício, meus companheiros de alma! Obrigado, meu jornal, lembrança indelével de minha vida.

Minha gratidão por fazer parte de sua história, que se confunde com a história da imprensa do Maranhão. Que venham outros 100, e que ele nunca deixe de ser tão necessário quanto é!

Cem (100) anos! Salve o centenário do nosso O Imparcial.

Sindicato é o espaço para enfrentamento ao assédio eleitoral



» ALBERTO EMILIANO DE OLIVEIRA NETO
Procurador regional do trabalho, coordenador nacional da Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical e do Diálogo Social (Conalis)

» CRISTINA GERHARDT BENEDETTI e LARISSA MENINE ALFARO
Procuradoras do trabalho e, respectivamente, vice-coordenadora nacional e vice-coordenadora nacional adjunta da Conalis

O assédio eleitoral nas relações de trabalho representa uma grave violação de direitos fundamentais. Trata-se de prática que busca constranger, coagir ou induzir o trabalhador a adotar determinada posição política, comprometendo a liberdade de consciência, de expressão e, sobretudo, o direito ao voto livre e secreto. No ambiente laboral, essa conduta assume contornos ainda mais graves em razão da assimetria de poder entre empregador e empregado, o que potencializa o impacto das pressões exercidas.

A Campanha Maio Lilás de 2026 do Ministério Público do Trabalho (MPT) reafirma o papel essencial dos sindicatos como protagonistas no enfrentamento ao assédio eleitoral no mundo do trabalho. Em um cenário de intensificação das tensões políticas e sociais, torna-se ainda mais evidente que a defesa da liberdade de escolha das trabalhadoras e dos trabalhadores não pode prescindir de uma atuação sindical forte, organizada e comprometida com os valores democráticos.

É importante enfatizar que a escolha política é um direito individual, garantido pela democracia. O local de trabalho não pode ser utilizado como espaço de coerção ou influência indevida. Quando isso acontece, não apenas o trabalhador é prejudicado, mas também o próprio ambiente laboral, que se torna mais tenso, inseguro e desigual.

É nesse contexto que o sindicato se revela como instrumento indispensável de resistência e proteção. Ao representar coletivamente os trabalhadores, a entidade sindical atua como barreira institucional contra abusos, garantindo voz, acolhimento e orientação a aqueles que se veem ameaçados em sua liberdade política. Mais do que isso, o sindicato é espaço de construção de consciência crítica, de fortalecimento da cidadania e de promoção do debate democrático.

A atuação sindical no enfrentamento ao assédio eleitoral se dá em múltiplas frentes. Na base, por meio da escuta ativa e do recebimento de denúncias. No plano institucional, mediante articulação com o Ministério Público do Trabalho e outros órgãos de controle, visando responsabilizar infratores. E, sobretudo, no campo da negociação coletiva, ao buscar inserir cláusulas que vedem expressamente práticas de assédio eleitoral e estabeleçam mecanismos de prevenção e proteção aos trabalhadores.

Além disso, os sindicatos exercem papel pedagógico fundamental ao promover campanhas de conscientização, formação política e divulgação de direitos. São eles que estão mais próximos dos trabalhadores, atuando na escuta, no acolhimento e no recebimento de denúncias. Ao informar os trabalhadores sobre a ilegalidade do assédio eleitoral e os canais disponíveis para denúncia, contribuem para romper o silêncio e a naturalização dessas práticas.

Já o MPT é a instituição responsável por receber as denúncias de assédio eleitoral, investigar e adotar medidas para interromper práticas ilegais. Quando confirmadas violações, o órgão pode buscar a responsabilização dos envolvidos e a reparação coletiva dos danos causados, contribuindo para a construção de ambientes de trabalho mais justos e respeitosos.

A Campanha Maio Lilás deste ano, ao destacar o tema do assédio eleitoral, reforça que a democracia também se constrói no ambiente de trabalho. E que a liberdade sindical não é apenas um direito, mas uma condição para a efetivação de todos os demais direitos coletivos e individuais dos trabalhadores.

Para amplificar o alcance da campanha, o MPT promoverá, no âmbito do Maio Lilás, uma série de audiências públicas em Brasília, Porto Alegre, São Paulo, Salvador e Manaus. O objetivo é dialogar com entidades sindicais e com a sociedade sobre o papel dos sindicatos na defesa da democracia e, principalmente, sobre a importância de garantir um ambiente de trabalho livre de assédio eleitoral.

Fortalecer os sindicatos é, portanto, fortalecer a democracia. É garantir que nenhum trabalhador seja constrangido em suas escolhas políticas. É assegurar que o ambiente de trabalho seja espaço de respeito, dignidade e liberdade. No enfrentamento ao assédio eleitoral, o sindicato não é apenas um ator, é protagonista.



Trabalhar para viver, não viver para trabalhar



» LUIZ MARINHO
Ministro do Trabalho e Emprego

Quando debatemos o fim da escala 6 X 1 no Brasil, estamos, no fundo, discutindo o tempo: o tempo dedicado ao trabalho, ao descanso e, sobretudo, à vida. Trata-se de uma escolha sobre o tipo de país que queremos construir — um país que valoriza o trabalho digno ou que mantém um modelo ultrapassado, herdado do século passado, que já não se sustenta.

A escala 6 X 1 surgiu em um contexto de baixa tecnologia aplicada ao mundo do trabalho, em que a produtividade dependia da presença contínua do trabalhador e da trabalhadora. Hoje, essa lógica não se aplica. O resultado é outro: exaustão e adoecimento. É um sistema que drena energia, patrocina a perda de tempo de convivência familiar, reduz a qualidade de vida e limita o potencial produtivo.

Os dados são claros. Análise do eSocial em

dezembro de 2025, com base em 50,3 milhões de vínculos, mostra que, embora 74% dos trabalhadores formais tenham contratos de 44 horas semanais, 66,8% já operam no regime 5 x 2, enquanto 33,2% ainda estão presos à escala 6 X 1. Ou seja, não se trata de necessidade econômica — é uma escolha cultural. E mais: essa incidência praticamente não varia entre médias e grandes empresas, o que reforça que não é o tamanho do negócio que determina essa prática.

Manter a 6 X 1 gera custos ocultos. Jornadas longas aumentam o estresse, reduzem o sono e elevam riscos de acidentes. Trabalhadores mais cansados faltam mais, produzem menos e têm maior dificuldade de aprendizado. A rotatividade cresce, elevando custos com demissões, contratações e treinamento. Descansar não é o oposto de produzir — é condição para produzir melhor, com mais qualidade e mais eficiência.

A transição é possível e responsável. O impacto direto estimado é de 4,7% na massa salarial, valor plenamente absorvível pela economia brasileira. O risco de aumento expressivo de horas extras é limitado: mais da metade dos trabalhadores não recebe horas extras e, entre os que recebem, a média é de apenas três horas semanais. E os ganhos são concretos: estudo da Fundação Getúlio Vargas, também de 2025, com 19 empresas mostra que 72% aumentaram a

receita e 44% melhoraram o cumprimento de prazos após reduzir a jornada.

O mundo já avançou. A Islândia registrou crescimento econômico com redução da jornada. No Japão, a Microsoft teve aumento de 40% na produtividade com semana de quatro dias. Na América Latina, Chile e Equador lideram esse movimento, demonstrando que é possível conciliar competitividade com qualidade de vida.

O presidente Lula já enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei com urgência constitucional para enfrentar essa questão. A proposta representa um passo decisivo para retirar a escala 6 X 1 como padrão e valorizar o descanso, fortalecendo a negociação coletiva e modernizando as relações de trabalho no Brasil.

Estamos falando de um projeto de país. Um Brasil que cresce com pessoas inteiras, não exauridas. Um país que entende que tempo livre também movimenta a economia, fortalece vínculos sociais e melhora a vida em comunidade.

O tempo de viver é agora. Trabalhar não pode significar abrir mão da vida. Os parlamentares aprovem essa proposta representando dar um passo necessário rumo a um país mais justo, mais produtivo e mais humano.